15 anos SINTRAJUD nossa luta faz acontecer FENAJUFE

Boletim do Sintrajud

Coordenação Nacional Conlutas de Lutas

Filiado à Conlutas

Sexta-feira, 14 de maio de 2010 - 6.000 exemplares - Boletim Especial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

GREVE: ampliar e fortalecer

Servidores lotam auditório do Fórum Trabalhista na Barra Funda e mantém paralisação.
Assembleia elege delegados para congresso da Conlutas e de unificação

"A greve continua, Lula a culpa é sua!" Com essa a palavra de ordem, os servidores do Judiciário Federal encerraram a Assembleia Estadual desta quinta-feira, dia 13, que decidiu seguir e ampliar a greve, até que o PCS seja aprovado. A assembleia reuniu mais de 600 servidores e lotou o auditório do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, na Barra Funda.

"A postura intransigente do governo Lula está revoltando os servidores que estão aderindo à greve com mais convicção", disse o diretor do Sintrajud e servidor do TRF-3 Eliseu da Silva Trindade. Além das declarações do executivo afirmando que o não vai conceder reajuste aos servidores, o risco do congelamento salarial tem feito com que a categoria se una ainda mais, atingindo em uma semana de greve um índice de adesão superior aos das greves anteriores.

É o que acontece com os oficiais de justiça da Justiça Federal e Trabalhista que entraram na greve na quarta-feira, dia 12, com adesão de 70%. "Ainda há mais espaço e vamos crescer, até a vitória", disse o coordenador do Núcleo de OJAFs Erlon Sampaio. O também oficial Ivo Oliveira Faria, falando pelos servidores do ABC, informou que a adesão está muito forte atingindo 100% da distribuição em fóruns importantes da região. Situação semelhante ocorre na Justiça Trabalhista da Baixada Santista, informou Jurandir Santos, onde a adesão está em torno de 70% e 80%.

Outros apoios

A assembleia contou com a presença de servidores do Judiciário Estadual, em greve desde o dia 28 de abril. O servidor Will Siqueira desejou força na greve do Judiciário Federal e chamou a participação de todos servidores na greve. O deputado federal Ivan Valente (Psol/SP) esteve na assembelia e declarou total apoio à greve do Judiciário. Ele criticou o ministro do Planejamento Paulo Bernardo e denunciou o governo Lula pelo pagamento da dívida externa, que, só em 2009, desviou 380 bilhões de reais para os banqueiros internacionais.

Assembleia estadual elege delegados para congresso da Conlutas e de Unificação

Na assembleia, os servidores elegeram os delegados que representarão a categoria nos congressos da Conlutas e de Unificação, que pretende unir numa mesma central a Conlutas, a Intersindical e outros setores do movimento popular. Os dois congressos acontecem em Santos, em junho.

A diretora do Sintrajud e da Fenajufe Ana Luiza Figueiredo defendeu a tese Avançar na unidade para fortalecer as lutas da Classe Trabalhadora assinada pela maioria da diretoria e por servidores da base. Ela resgatou a história da Conlutas, desde a ruptura com a CUT, na Reforma da Previdência, e dos anos de enfrentamento com o governo Lula, que traiu os trabalhadores.

O diretor de base Dalmo Duarte, do TRF, apresentou a tese do sindicato dos servidores da saúde do RN. Ele pontuou algumas propostas como a não reeleição de dirigentes sindicais e nenhuma ajuda de custos aos dirigentes.

Foram eleitos, para os congressos, os seguintes servidores: Erlon, Ana Fevereiro, Inês, Cléber, Angélica, Eliseu, Antônio Carlos, Adilson, Ivo, Dalmo, Antero, Fausta,

Tarcísio, Henrique, David, Iara. Observadores: Marinilda, Joaquim Ribeiro, Ely Veríssimo, Helena, Fernanda, Augusto, Renato, Miriam, Liliam.

Delegados pela oposição nacional: Ana Luiza, Antonio Melquíades, Cláudio Klein.



Greve cresce no país e STF e Planejamento formam comissão para tratar do PCS

Comando Nacional de Greve avalia que para garantir a aprovação do PCS defendido pelos servidores é preciso manter e ampliar a paralisação, que atingiu 17 estados do país

No mesmo dia em que a greve ganhou o reforço de mais servidores e alcançou a marca de 17 estados parados, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ricardo Lewandowski, formalizaram a criação de uma comissão técnica para buscar "solucionar o impasse" em torno do projeto de lei que reestrutura o plano de cargos e salários dos servidores do Judiciário Federal (PL 6613/2009).

O encontro, ocorrido na quarta-feira (12), foi o primeiro entre um integrante da cúpula do Judiciário e um membro do primeiro escalão do governo para conversar sobre o assunto em cinco meses de tramitação do PCS no Congresso. O Comando Nacional de Greve, reunido em Brasília, ao final da tarde do mesmo dia, decidiu reivindicar participação direta de representantes da categoria nessa comissão para defender a aprovação do projeto com o teor atual, resultado final de uma negociação que durou mais de um ano no STF.

O comando avaliou que as recentes movimentações da cúpula do Judiciário e do próprio Planejamento em torno do PL 6613 são frutos da paralisação dos trabalhadores.

A orientação do Comando de Greve é manter e ampliar a paralisação não só para forçar as negociações, como para garantir um resultado final que atenda às reivindicações dos trabalhadores. "Temos que manter a greve, nós estamos tentando negociar a carreira desde 2008 e nada aconteceu. Se está acontecendo é em função da greve, se a gente recua, depois não tem como voltar a mobilizar para pressionar", analisa o diretor do Sintrajud e da Fenajufe, Antonio Melquiades, Melqui.

Para compor a comissão, o ministro Cezar Peluso, presidente do Supremo Tribunal Federal, designou o diretor-geral, Alcides Diniz, e o secretário de Recursos Humanos, Amarildo Vieira de Oliveira, para representá-lo. Um encontro entre os dois e o ministro Paulo Bernardo estaria previsto para ocorrer nos próximos dias.

Comando quer participar das negociações

A reunião do Comando Nacional de Greve apontou os nomes dos coordenadores da Fenajufe Roberto Policarpo e Antonio Melquíades para representar os servidores nessa negociação. A previsão era de que a federação notificasse o STF sobre a reivindicação e os nomes nesta quinta-feira. Não há, porém, nenhuma garantia por parte do Supremo e do Planejamento de que haverá essa abertura para os servidores participarem diretamente das conversas que envolvem os seus interesses. Os servidores contam com a pressão da greve para fazer com que suas reivindicações possam ser defendidas na comissão.

Para o Comando Nacional de Greve, é a força da paralisação, que precisa ser ampliada, que poderá fazer com que as negociações de fato avancem e não levem a uma proposta bomba para os servidores, mas, ao contrário, cheguem a um porto seguro para os direitos dos servidores.

Wladimir Aguiar



Luta dos servidores avança no país.

Servidores terão audiência com presidente do TRE no dia 18, às 13h

Em assembléia nesta quinta-feira, dia 13, os servidores da Justiça Eleitoral elegeram os representantes que participarão da audiência, na próxima terça-feira (18), às 13 horas, com o presidente do tribunal Walter de Almeida Guilherme. Na reunião será apresentada a pauta de reivindicações da categoria, mas terá como principal ponto de pauta o desconto dos dias de greve.

Foi definido também que durante a audiência, os servidores em greve do TRF/JF e JT/Barra Funda farão uma vigília no Hall do TRE e, logo após, será realizada uma assembléia em frente ao tribunal onde será discutida a greve da categoria.

Comando convoca ato em Brasília e diz que é a força da greve que garantirá PCS-4

O Comando Nacional de Greve, reunido na nesta quinta-feira (13), em Brasília, decidiu convocar uma grande manifestação nacional da categoria para o dia 19 de maio, na capital federal. Também orienta que os servidores em todos os estados busquem ampliar e fortalecer a greve, para que as negociações avancem e a aprovação do PCS-4 seja garantida.

A avaliação do comando é que as recentes movimentações da cúpula do Judiciário foram decorrência da greve, que já atinge 17 estados do país.Para realização do ato, os sindicatos estão sendo orientados a enviar caravanas a Brasília. O objetivo é furar o bloqueio dos meios de comunicação, que em geral abordam a greve negativamente e sem destacar a força do movimento, e pressionar o governo, os parlamentares e a cúpula do Judiciário a encaminhar a aprovação dos projetos do Judiciário e do MPU. O comando também aprovou a convocação de uma reunião ampliada da federação nacional para o dia 30 de maio, cujo objetivo é avaliar o movimento. A proposta será levada à direção colegiada da federação nacional (Fenajufe).